



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6009 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

### REMUNERAÇÃO MÉDIA DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE AS REDES MUNICIPAIS DO PARANÁ

Alessandra Biscaia de Andrade - UFPR - Universidade Federal do Paraná

#### **REMUNERAÇÃO MÉDIA DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE AS REDES MUNICIPAIS DO PARANÁ**

A remuneração docente vem sendo muito debatida na área da educação nos últimos anos, principalmente com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). A meta 17 do PNE trata deste contexto, visto que busca equiparar o salário médio dos docentes aos demais profissionais com a mesma formação até o ano de 2020 (BRASIL, 2014). Para Duarte e Melo (2013) assegurar aos docentes condições de trabalho e salários dignos está relacionado com a própria valorização profissional, assim como também a qualidade da educação.

Também está declarada na Constituição Federal de 1988 – na qual a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, nas redes públicas” (art. 206, inciso V). É também definido o piso salarial profissional nacional (PSPN), regulamentado pela Lei Nº 11.738/2008, garantindo um valor mínimo, abaixo do qual nenhum docente com jornada de 40 horas e formação em nível médio (normal) deverá receber.

Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem sido um importante aliado na remuneração do magistério brasileiro. Em vigor desde 2007, o FUNDEB constitui-se como um fundo de natureza contábil que visa a redistribuição em âmbito estadual de uma parte dos vinculados para a educação. O Fundeb é composto por parte dos impostos arrecadados pelos Estados e Distrito Federal e objetiva “à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei” (BRASIL, 2007). Os recursos são redistribuídos entre os entes federados a partir do número de matrículas, e destes, 60% devem ser destinados exclusivamente ao pagamento da remuneração dos docentes e demais profissionais da educação básica pública. Verhine e Magalhães (2006) destacam que 60% a 80% dos custos totais em manutenção e desenvolvimento da educação básica são pertencentes a remuneração dos profissionais da educação.

Segundo o artigo 457 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a “remuneração compreende o salário contratual somado a gorjetas, comissões, porcentagens, diárias, etc.” Portanto, a remuneração média docente é composta por todos os itens (vencimento básico e itens fixos ou variáveis) que compõem a retribuição mensal em dinheiro paga aos professores.

Apesar das proposições da Constituição Federal, PSPN e Fundeb garantirem e destinarem recursos para o pagamento da remuneração dos docentes, diversos estudos evidenciam que os salários dos professores brasileiros ainda são baixos se comparado às demais ocupações com mesmo nível de formação, principalmente com formação em nível superior. Segundo Carvalho (2015), “a remuneração do professor no Pará também é baixa, tanto em relação aos profissionais com ensino médio, quanto em relação às profissões de maior prestígio social no Estado e no Brasil” (p. 23). Do mesmo modo, Alves e Sonobe destacam que “os professores das escolas públicas com formação em nível superior percebem uma remuneração significativamente menor do que os demais profissionais com o mesmo nível de formação” (2018, p. 472).

Conforme estas afirmações, e considerando a remuneração média como um direito, visto as legislações vigentes e com base em estudos que evidenciam a desigualdade na distribuição remuneratória, este trabalho objetiva analisar a remuneração média dos docentes em início de carreira das redes municipais do Estado do Paraná a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Como metodologia, adota-se uma abordagem quantitativa para analisar a remuneração média dos docentes, visando compor um panorama de suas características no contexto das redes municipais do Estado do Paraná no ano de 2016. A fonte de dados escolhida para estudo é a Rais. É composta por um relatório dos dados socioeconômicos dos trabalhadores, sendo informada pelas pessoas jurídicas e empregadores, tanto das entidades públicas quanto privadas. Devido suas características, torna-se um potencial instrumento para estudos estatísticos e neste trabalho para o cálculo da remuneração docente.

O Paraná é composto por 399 municípios e uma área territorial de 199.877,440 km<sup>2</sup>, possuía em 2016 uma rede de ensino pública composta por 7.218 escolas 116.454 docentes atuantes na rede pública. Dentre estes docentes cerca 57.667 são estatutários (concurados) atuantes nas redes de ensino municipais.

A partir destas informações foram traçados dois perfis de sujeitos para esse estudo: I – Professores das redes pública municipal de Educação Básica, com formação em nível médio, vínculo de trabalho efetivo (estatutário) e até cinco anos de tempo de trabalho. Para este perfil foram identificados 5.284 vínculos de empregos. II - Professores das redes pública municipal de Educação Básica, com formação em nível superior, vínculo de trabalho efetivo (estatutário) e até cinco anos de tempo de trabalho. Considerando este perfil, foram identificados 23.273 vínculos de empregos.

Conforme os dados disponíveis na Rais, a remuneração média analisada considerou apenas as variáveis que traziam os dados de professores identificados no código de ocupação, cujo vínculo é estatutário, dependência municipal e nível superior e médio, além da variável “valor da remuneração média nominal” e tempo de emprego.

Como as variáveis originais trazem diversas categorias de análise, essas foram agrupadas e transformadas visando a sumarização dos dados e categorias, conforme Alves e Sonobe (2018). Também, conforme os autores, foi adotado o critério que visa o cálculo da remuneração média docente para vínculos empregatícios com carga horária de 20 a 44 horas semanais, e para diminuir os valores extremos e outliers que podem influenciar no cálculo final, foi aplicado um filtro entre três desvios padrões abaixo da média e três desvios padrões acima da média, visto . Como cada rede pode adotar padrão de jornada de trabalho própria, para tornar comparável a remuneração entre redes, esta foi padronizada para uma jornada de 40 horas semanais.

Além dos dados referentes à RAIS, algumas variáveis foram utilizadas como variáveis

explicativas da variação da remuneração média docente entre os municípios, entre as quais: População (IBGE, 2016), Produto Interno Bruto per capita (IBGE, 2016) e Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (IPDM – 2016).

Os procedimentos para a análise dos dados da variável de interesse e demais variáveis explicativas foram realizadas em duas etapas. A primeira foi uma ‘análise descritiva’ com objetivo de organizar e descrever as variáveis por meio de medidas síntese e na segunda etapa foram realizadas análises bivariadas buscando verificar se há associação entre as variáveis explicativas e a remuneração médias dos professores.

Os resultados encontrados nesta análise serão apresentados a seguir. A tabela 1 exibe as principais medidas descritivas da variável de interesse e explicativas. Conforme os critérios adotados no Perfil I, 235 municípios atendem aos parâmetros adotados. De acordo com o Perfil II, 331 municípios foram identificados na base de dados da RAIS em 2016.

Na análise destes perfis, observa-se certa diferença entre a remuneração de docentes segundo a escolaridade. Os docentes com formação em nível médio, recebem uma remuneração média de R\$2.450 enquanto os professores de nível superior a média é de R\$ 2.834, ainda que sejam semelhantes, é preciso considerar outras medidas para compreender a dispersão desses dados.

TABELA 1 - Análise descritiva das variáveis de interesse e variáveis explicativas, municípios do Paraná, 2016

	Perfil I (2016)	Perfil II (2016)	População (2016)	PIB (2016)	IPDM (2016)
<b>Nº de municípios analisados</b>	235	331	399	399	399
<b>Média</b>	2.473	2.834	28.177	29.181	0,75
<b>Mediana</b>	2.450	2.836	9.874	25.480	0,76
<b>Desvio-padrão</b>	669	754	106.833	14.922	0,10
<b>Coefficiente de Variação</b>	27,1%	26,6%	379,1%	51,1%	13,3%
<b>Assimetria</b>	0,23	0,37	14,09	3,35	- 0,85
<b>Mínimo</b>	905	1.123	1.403	10.660	0,39
<b>Percentis</b>					
<b>10% menores</b>	1.566	1.873	3.361	16.879	0,61
<b>25% menores</b>	2.098	2.374	5.144	20.481	0,69
<b>25% maiores</b>	2.866	3.257	18.740	33.875	0,83
<b>10% maiores</b>	3.317	3.742	45.239	43.874	0,87
<b>Máximo</b>	4.705	6.598	1.893.997	148.365	0,93

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da RAIS, IBGE e IPARDES (2020).

Contudo, esta média não se dá de maneira uniforme nos 235 municípios examinados. Tanto o desvio-padrão de R\$669, quanto o coeficiente de variação, indicam a disparidade dos dados, que com a verificação dos percentis também se confirma. Apesar da média ser de R\$2.473, a mediana, ou seja, 50% dos municípios pagam aos docentes valores inferiores a este. Cerca de 10% dos municípios pagam aos docentes de nível médio até R\$1.566 e 25% destes remuneram com valores acima de R\$2.866. Além destas medidas, há municípios que pagam R\$905 para uma jornada de 40 horas semanais.

Condição semelhante apresenta-se no Perfil II. A remuneração média desta classe é R\$2.834, contudo a mediana também indica que 50% dos municípios recebem a média ou valores inferiores a esta. Também é muito desigual, visto o desvio-padrão de R\$754 e

coeficiente de variação de 26,6%, visto que, conforme menor valor e taxa mais homogêneos são os resultados. Desigualdade igualmente verificada pela assimetria e percentis. Entre os 331 municípios explanados, 25% destes percebem valores de até R\$2.374 para os docentes com formação em nível superior. Assim como 10% dos municípios remuneram com valores acima de R\$3.742. Sendo assim, um único município remunera seus docentes com valores de R\$6.598.

As variáveis explicativas trazem um panorama dos municípios paranaenses. Em relação a população, 75% dos municípios do Estado são pequeno porte, visto que possuem até 18.740 habitantes, porém, apresentam grande variabilidade. O PIB também se dá de modo heterogêneo nas localidades analisadas, variando entre R\$10.660 a R\$148. 365. O IPDM varia entre 0 a 1 ao medir o desempenho dos municípios sob três proporções: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. A média do IPDM é de 0,75, sendo considerado como médio. Apenas 25% dos municípios apresentam um IPDM alto, ou seja acima de 0,80.

A análise bivariada buscou compreender a associação entre as variáveis de interesse e explicativas. A tabela 2 indica a correlação de Pearson entre os dados utilizados, exibindo que não há uma correlação linear perfeita entre as variáveis estudadas. Contudo, observa-se uma associação moderada entre os valores da remuneração média docente de nível médio (perfil I) e remuneração média docente de nível superior (perfil II). Nas demais variáveis explicativas há apenas uma baixa correlação.

TABELA 2 - Análise de correlação entre as variáveis de interesse e variáveis explicativas, 2016.

	V1	V2	V3	V4	V5
Remuneração média docente - Nível médio (V1)	1				
Remuneração média docente - Nível superior (V2)	0,564**	1			
População (V3)	0,01	0,225**	1		
IPDM (V4)	0,140*	0,058	0,076	1	
PIB per capita (V5)	0,074	0,185**	0,116*	0,253**	1

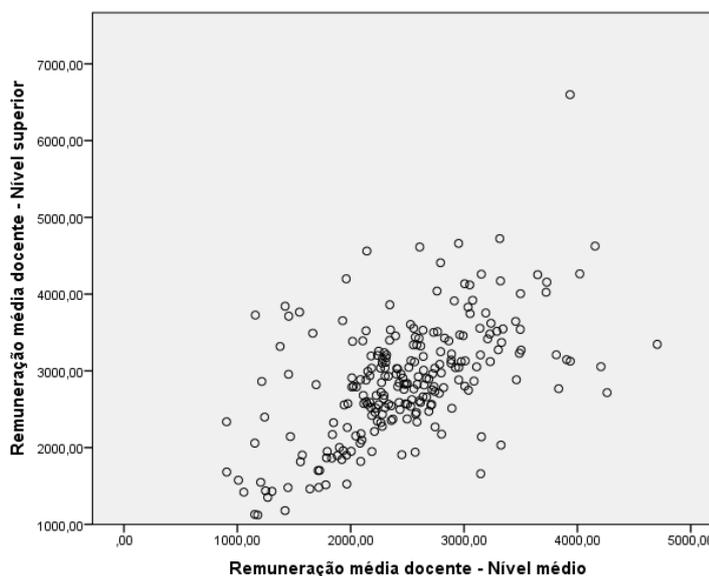
\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed). \* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da RAIS, IBGE e IPARDES (2020).

Buscando compreender melhor a associação entre os perfis de docentes analisados, o gráfico 1 retrata um diagrama de dispersão. Também se nota uma correlação moderada, visto que não se verifica relações crescentes ou decrescentes entre ambas as variáveis no conjunto de municípios explorados. Para exemplificar, pode-se citar o município de Santa Inês que remunera os docentes com formação em nível médio em R\$3.153 e os docentes com formação em nível superior R\$2.140. A relação oposta também pode ser observada, pois no município de Diamante D'Oeste, a remuneração média docente para formação em nível médio é de R\$1.695 e a média para formação em nível superior é de R\$2.820.

Por outro lado, associações crescentes e decrescentes de ambos os perfis são observadas. No município de Guaíra com o crescimento da remuneração média docente para formação de nível médio no valor de R\$4.155, também há um crescimento na formação em nível superior com o valor de R\$4.695, ambas em relação à média das redes municipais paranaenses. Já em de Laranjal onde a remuneração média docente para formação em nível médio é de R\$1.249 e a remuneração média docente para formação em nível superior é de R\$1.437, sendo ambas abaixo da média.

GRÁFICO 1 - Análise da dispersão sobre os municípios paranaenses entre os dados da variável de interesse, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Rais (2020).

Tanto as medidas descritivas quanto as medidas de associação indicam a desigualdade no tocante a remuneração média docente nos municípios do Paraná. Não obstante, as distinções se amplificam ao considerar o PSPN. Como mencionado, a lei do piso N° 11.378/2008, estabelece um valor mínimo para o piso salarial profissional nacional em que os entes federados deverão fixar como vencimento inicial das carreiras, para profissionais como formação em nível médio – normal em uma jornada de 40 horas semanais. O valor mínimo estipulado para o ano de 2016 é de R\$ 2.135,64 (CNTE, 2016). Conforme este valor, 27% das redes municipais paranaenses analisadas não cumprem a lei do PSPN, pois remuneram seus docentes com valores inferiores ao definido pela legislação.

Para a formação em nível superior, a lei do PSPN não define um valor mínimo inicial para os docentes em início de carreira. Entretanto, conforme os dados da tabela 1, nota-se que a média da remuneração dos professores com formação em nível superior em 16% das redes municipais paranaenses é inferior ao piso definido para os docentes atuantes com formação em nível médio.

A remuneração média dos professores com formação em nível superior é apenas 14,6% maior do que a remuneração média dos professores com formação em nível médio. A diferença é muito pequena, uma vez que deveria refletir o “prêmio” por uma formação em nível superior. Isso evidencia certo “achatamento” da carreira docente nos municípios e que o PSPN está se tornando referência remuneratória também para os professores de nível superior.

Neste trabalho buscou-se compreender a respeito da remuneração média docente nos municípios do Paraná, visto a temática da valorização docente estar presente nas legislações brasileiras em vigência. Os principais resultados desta pesquisa indicam a grande variabilidade e diferença entre os valores percebidos pelos docentes na região analisada, sendo que 50% das redes municipais pagam aos docentes tanto com formação em nível médio como em formação em nível superior valores abaixo da média calculada para a região. Ademais, conforme com o piso salarial definido para o ano de 2016, 26% dos municípios não pagam a remuneração estipulada pela lei aos docentes com formação em nível médio. Assim como 16% dos municípios com docentes com formação em nível superior não recebem o valor definido para o nível médio.

Estes dados retratam a situação precária no que se refere a valorização docente no

Paraná. Muitos municípios não vêm respeitando a Lei do PSPN, tal qual, adotando o critério da remuneração para nível médio também para a formação em nível superior, evento que acaba por desvalorizar a formação deste profissional, desconsiderando a remuneração como um dos fatores para a valorização docente.

A valorização dos professores e professoras paranaenses, a partir desta pesquisa, representa a dissemelhança do plano legal e plano real, pois a partir da Rais, observa-se o não cumprimento das legislações e a distância para cumprimento da meta 17 do PNE que trata da valorização docente, visto que ainda não há uma equiparação salarial entre a própria categoria.

Em relação ao método de pesquisa, a Rais se demonstrou como um importante instrumento para o cálculo da remuneração média docente, se mostrando profícua para estudos desta área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Remuneração docente. Valorização dos professores. Política Educacionais. Indicadores Educacionais. Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T.; SONOBE, A. K. Remuneração média como indicador de valorização docente no mercado de trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 446-476, abr./jun. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/1980531447984>

BARBOSA, A. Salários Docentes, Financiamento e Qualidade da Educação no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 511-532, abr./jun. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. *Decreto N° 76.900, de 23 de Dezembro de 1975*. Institui a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e dá outras providências. Casa Civil, 1975.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 11.494, de 20 de Junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 11.738, de 16 de Julho de 2008*. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasil: Casa Civil, 2008.

\_\_\_\_\_. *Lei N° 13.005, de 25 de Junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, jun. 2014.

CARVALHO, F. A. F. Repercussões do FUNDEF/FUNDEB na Remuneração Inicial dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Pará. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 23, n. 64, p. 1-26, jul. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=275041389034>. Acesso em: 07/05/2018

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE. *Tabela salarial*. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/tabela-salarial.html>. Acesso em: 27/10/18.

DUARTE, A.; MELO, S. D. G. Qualidade da educação e política de remuneração docente: quais as implicações desta relação? *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 202-205, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5128>. Acesso em: 28/04/18.

IPARDES. Banco de Dados do Estado – BDEWeb. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=19](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19). Acesso em: 31/05/20.

VERHINE, R. E.; MAGALHÃES, A. L. Quanto custa a educação básica de qualidade? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE*, v. 22, p. 229-252, jul./dez. 2006.